



RELATÓRIO MENSAL MARÇO DE 2013

I- PRINCIPAIS ATIVIDADES.

- Neste mês de março, a AMARRIBO Brasil dedicou grande parte de suas energias no combate ao grande perigo representado pela PEC-37, o Projeto de Emenda Constitucional que visa impedir o Ministério Público de exercer a atividade de investigação. A PEC -37, também agora conhecida como PEC da Impunidade está em processo de análise para em seguida ser votada no Senado Federal. A AMARRIBO Brasil entende que a aprovação desta PEC



significa um retrocesso institucional assim como também representa um incentivo à corrupção. O Brasil, aos olhos dos observadores internacionais já se caracteriza por ser um país que tem uma boa legislação anticorrupção porém péssima aplicação da Legislação levando a um alto grau de impunidade e com isso encorajando os corruptos a agir. A luta da AMARRIBO Brasil contra a PEC 37 levou os nossos Presidente do Conselho Jorge Sanchez e Presidente Executivo Leo Torresan à Brasília, no Senado Federal para levar nossa mensagem contra a aprovação da PEC 37 ao Senador Pedro Taques, representante da Frente Parlamentar Anticorrupção no Congresso Nacional. Além disso, o Conselheiro e Vice Presidente Executivo José Chizzotti escreveu artigo que foi publicado no site da AMARRIBO Brasil e multiplicado pela Rede AMARRIBO-IFC de ONG's e pela ABRACCI-Associação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade. O artigo encontra-se publicado no site da AMARRIBO Brasil e abaixo destacamos um trecho desse artigo:

“A referida Proposta de Emenda Constitucional de autoria do deputado Lourival Mendes, na verdade, não quer restabelecer à autoridade policial a atribuição de promover a investigação criminal direta, pois, como já vimos, ela tem expressamente assegurada na Constituição Federal (art. 144, § 1º, inciso I, c/c. §4º), ao contrário, ela tem uma finalidade específica de afastar o Ministério Público de suas funções institucionais de investigação criminal subsidiária que lhe é assegurado na Constituição Federal e que, em face de sua autonomia, é essencial ao combate da corrupção.

Não podemos esquecer que tanto a polícia judiciária federal como a estadual está vinculada ao Poder Executivo, ao contrário do Ministério Público que goza de independência funcional (art. 127, §1º, CF). Enquanto as polícias judiciárias podem sofrer pressões do Poder Executivo ao qual elas estão jungidas, o Ministério Público goza da independência funcional, razão pela qual não é concebível que a apuração das infrações penais possa ficar exclusivamente dependente de órgão que não goza da independência necessária ao exercício de suas funções. Assim, não procede o argumento daqueles que sustentam que o Ministério Público, sendo parte do processo, não deve ser o responsável pela investigação, porque isso desequilibraria as forças que atuam na investigação e, portanto, deveriam ficar a cargo de uma autoridade policial. Entretanto, essa, como foi exposto, não tem a preconizada e necessária isenção. Exemplo mais eloquente dessa imprescindível autonomia do Ministério Público, é o processo do “mensalão”.



Estamos acompanhando e apoiando as centenas de iniciativas contra a aprovação da PEC37 que estão surgindo por todo o nosso país. Temos apoiado e incentivado que Câmaras de Vereadores se posicionem contra a PEC da Impunidade. A AMARRIBO está preparando carta para ser enviada à Presidenta Dilma no sentido que ela, como chefe do Executivo possa influenciar a bancada governista a votar contra essa PEC. É bem clara a posição da AMARRIBO Brasil contra a PEC, pois na grande maioria de nossas ações anticorrupção o grande aliado sempre foi o valoroso Ministério Público, investigando, denunciando e processando os corruptos. Conforme indica a PEC, as investigações a nível municipal, inclusive de casos de desvio de recursos públicos, passariam a ser prerrogativa exclusiva da Polícia Civil de cada município. A AMARRIBO acredita que a Polícia Civil não esteja preparada e nem aparelhada para assumir a investigação dos crimes que tem origem no desvio de recursos públicos. Essa luta deve continuar por todo o país até que os senadores entendam que devem votar contra a PEC-37.

- Em 08/03 passado, em Reunião do MMV com a participação da nossa diretora de Combate à Corrupção houve uma participação especial da Deputada Zulaiê Cobra e de Adriana D'Urso (filha do Presidente Nacional da OAB) que defenderam a aprovação da PEC 37. Foi marcado para o próximo mês um debate sobre o assunto no mesmo MMV-Movimento Mulheres da Verdade.
- Ainda contra a PEC 37, nossa Diretora de Relações Institucionais e Secretária Executiva da Abracci Nicole Verillo manteve reunião em Brasília com a Associação Nacional dos Promotores Públicos no sentido de definir estratégia no trabalho contra a aprovação dessa PEC.
- A nível nacional a AMARRIBO Brasil continua com o Programa de Novos Associados. É muito importante que as pessoas que se identifiquem com o nosso movimento de combate à corrupção e que tenham condições de contribuir que o façam em nome da sobrevivência de nossa ONG. Não há como existir e representar uma bandeira



na luta anticorrupção sem incorrer em gastos de uma forma geral. E os recursos de melhor origem sempre serão aqueles que venham da população de forma geral. Os recursos vindos de associados trazem junto consigo a independência de nossas atitudes. Nosso programa de associação visa a sustentabilidade da AMARRIBO Brasil e tem sido entendido por muitas pessoas que tem se associado através de nosso SITE. No mês de março recebemos a associação de 11 pessoas, perfazendo um total de 142.

- O tema sustentabilidade tem monopolizado o assunto em nossas reuniões de diretoria. A AMARRIBO Brasil precisa encontrar um caminho de sustentabilidade para poder continuar a luta anticorrupção. No mês de março, no dia 16 participamos de um workshop em São Paulo, promovido pela Transparency Internacional e organizado pelo Instituto IDIS com o tema SUSTENTABILIDADE DA AMARRIBO. A ideia é encontrar caminhos que levem nossa ONG a ser auto sustentável e continuar cada vez mais aguerrida no combate à corrupção em nosso país. São marcantes as evidências de que cada vez mais necessitamos do combate à corrupção em nosso país. Nossas instituições tem que ser preservadas e é importante termos um Executivo, um Legislativo e um Judiciário em operação limpa e independente. Ficou marcado uma nova rodada desse mesmo workshop sustentabilidade para os dias 13 e 14 de abril próximo. Nesta próxima etapa, além do patrocínio da Transparency Internacional, teremos a presença do Alejandro Salas que é o Diretor para as Américas, acompanhado da Luciana Torchiaro assessora do Departamento Américas e responsável pela arrecadação de fundos na Transparency na Alemanha.
- Em Ribeirão Bonito fizemos reuniões com os Vereadores sugerindo adaptações na existente Lei que criou o COMAD-Conselho Municipal Anti Drogas. Essa Lei foi promulgada a mais de quatro anos porém o Executivo nunca havia implantado esse Conselho e nem mesmo nomeado os representantes. De certa forma, o próprio movimento de consumo de drogas, crescente em nossa cidade, e o conhecimento das novas técnicas de combate ao consumo e ao tráfico de drogas já indicavam necessidade de mudanças na forma de atuação do novo Conselho. As reuniões



resultaram no Projeto de Lei que alteram a Lei anterior e após aprovação em Plenário da Câmara, irá a sanção do executivo a implantação do COMAD de Ribeirão Bonito.

- Recebemos em nossa sede na cidade de Ribeirão Bonito-SP uma caravana de alunos da FGV-Faculdade de Administração Getúlio Vargas que vieram ao nosso município para participar de um trabalho sobre “projetos e planos para o caminho à sustentabilidade ambiental de nosso município”. Os aproximados 10 alunos estavam liderados por uma professora daquela instituição e já haviam estado em São Carlos com os mesmos objetivos. Os alunos e professor foram recebidos pelo Diretor Executivo da AMARRIBO Guilherme C. von Haehling e pela Diretora de Relações Institucionais Nicole Verillo Campello.
- Em 08/03 e também em 23/03 p.p, nossa diretora de Combate à Corrupção Lizete Verillo participou de reuniões oferecendo palestras inspiradoras para a criação de novas ONG’s de combate à corrupção em Alphaville e em Mococa, ambas no Estado de São Paulo.
- Continuam as negociações da Diretora Lizete Verillo para a definição da gráfica que irá imprimir mais 10 mil exemplares na 5ª Edição da Cartilha “O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil”.
- A AMARRIBO estuda a possibilidade de mandar representantes para participar da Caravana da Cidadania promovida pelo IFC, Instituto de Fiscalização e Controle com sede em Brasília e que promove essas caravanas pelo interior do Brasil para motivar, inspirar e empoderar os cidadãos para a fiscalização do uso do dinheiro público.